

# A PRÁTICA DISCURSIVA HOMILÉTICA: DIALOGIA, GÊNERO E INTERTEXTUALIDADE

## THE HOMILETIC DISCURSIVE PRACTICE: DIALOGISM, INTERTEXTUALITY AND GENRE

Alexandre Ferreira Costa <sup>1</sup>

Juliana de Sousa Pinto <sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, discutimos os processos de intertextualidade manifesta e constitutiva do gênero discursivo homilia, no âmbito das práticas religiosas católicas. Consideram-se tais processos com base nas reflexões teóricas de Mikhail Bakhtin e Norman Fairclough, bem como nas configurações doutrinárias da própria Igreja. Demonstramos que a intertextualidade constitutiva na homilia católica é altamente estável e perene, o que supostamente está ligado ao controle dos enunciados entres pastores e fiéis por parte do Vaticano.

**Palavras-chave:** Homilia. Intertextualidade. Discurso religioso.

**ABSTRACT:** In this article, we discuss the processes of manifest and constitutive intertextuality in the discursive genre homily within the Catholic religious practices. Those processes are Considered based on theoretical reflections of Mikhail Bakhtin and Norman Fairclough and settings of doctrinal Church itself. Demonstrated that constitutive intertextuality in Catholic homily is highly stable and enduring, which allegedly is linked to the control of utterances entres pastors and faithful by the Vatican.

**Keywords:** Homily. Intertextuality. Religious discourse.

### 1 INTRODUÇÃO

*Minha incapacidade de impedir o significado constitui uma responsabilidade: eu sou responsável no sentido de que sou livre para atender ou ignorar o chamado do mundo para uma resposta. Mas a incapacidade deste de significar é verdadeira necessidade.*

*Katerina Clark e Michael Holquist*

Em 1983, o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) lança o texto fundamental para a discussão proposta neste artigo: *A Homilia*. Nele apresentam-se, de modo bastante sucinto, a aparente origem da homilia e os elementos que lhe são

<sup>1</sup> Pós-doutorando pela Universidade de Brasília. Doutor em Linguística Aplicada pela Unicamp. Professor adjunto da Universidade Federal de Goiás (UFG).

<sup>2</sup> Mestre em Letras e Linguística pela UFG.

constitutivos de acordo com as orientações e as determinações definidas pelo Concílio Ecumênico Vaticano II. De acordo com o referido documento, a homilia já fixara suas raízes entre o povo bíblico de Israel, consistindo em uma exposição familiar realizada pelos pastores, como uma espécie de conversa e assistência entre eles. Semelhante hábito se estenderia até a época do surgimento do cristianismo dentro das sinagogas, onde, depois de terminada a leitura do texto bíblico, fazia-se a homilia.

O primeiro registro documental de homilia cristã conserva-se em um resumo escrito do que ocorreu dentro dos domínios da sinagoga de Nazaré, e tem como pregador e protagonista a personagem histórica fundadora da prática religiosa sob análise, o próprio Jesus (Lc 4, 16-30). O discurso sobre o pão da vida relatado em João 6, 59 também se deu em uma sinagoga e se constituiria como homilia, pois nele há um longo comentário de diversos textos do Antigo Testamento que foi aplicado ao momento presente dos ouvintes que ali se encontravam. A conversa de Jesus com dois de seus discípulos a caminho de Emaús, em Lucas 24, 13-35, pertence a este gênero também, no sentido mais genuíno da palavra: *conversa familiar*. Uma conversa familiar que culmina na ceia, no banquete eucarístico, com Jesus na casinha de Emaús (CELAM, 1983).

Segundo a tradição cristã, a homilia passa a ser uma prática discursiva recorrente também entre os apóstolos, como em Atos 20, 7-12, e se arrasta ao longo da história da Igreja Católica. Até o ano de 1960, contudo, era comum a sobreposição da homilia à celebração da Missa, impedindo a participação dos fiéis. Neste ano, no entanto, o Papa João XXIII determinou que a celebração da Missa deveria ser interrompida e não deveria continuar enquanto a homilia não tivesse terminado (CELAM, 1983). Dessa forma, o Concílio Ecumênico Vaticano II, realizado entre os anos de 1962 e 1965, encontra o terreno preparado para a reabilitação da homilia, recomendando vivamente a sua prática como parte integrante da liturgia católica (SC, 2007).

Com a promulgação da *Constituição Sacrosanctum Concilium*, fez-se necessário um acréscimo de 90% da Escritura no lecionário do Missal de Pio V (MARSILI, 1996), para atender ao desejo de ampliar o espaço reservado à Bíblia nas celebrações litúrgicas, de modo que uma parte bem maior das Escrituras

passasse a ser lida “nos espaços litúrgicos reservados a cada ano” (SC, 2007, n. 51). Desse modo, a Escritura passa a desempenhar um papel de primordial importância na celebração litúrgica, sendo ela a provedora das leituras que posteriormente serão explicadas na homilia (SC, 2007, n. 24).

A homilia, atualmente, é compreendida como uma pregação cristã que ocorre no âmbito de uma celebração litúrgica, e, como tal, abarca duas características: a de ser pregação e a de ser pregação litúrgica. Como *pregação*, deve corresponder às características fundamentais da tarefa pastoral da Igreja, posto que “a fé [...] vem da pregação, e a pregação é feita por mandato de Cristo”, de modo que a sua “proclamação verbal permanece sempre como algo indispensável” (EN, 2006, n. 42). Como *pregação litúrgica*, deve reunir e refletir os traços e os elementos essenciais de toda a liturgia. O termo pregação encerra em si três outras características que lhe conferem significado mais amplo: apregoar ou proclamar, anunciar e ensinar (MALDONADO, 2002).

Etimologicamente, homilia vem do grego, sob a mesma forma (*homilia*), e significa reunião, conversa familiar, tendo-se derivado do verbo grego *homilien*, reunir-se, conversar. Assim, pois, homilia significa trato ou conversa familiar (CELAM, 1983). A homilia não deve ser confundida com o *sermão* como ocorre em geral, uma vez que é um tipo de oratória mais familiar e dialogal, enquanto este outro gênero é um tipo de discurso composto segundo as regras da retórica ou da oratória, proferido de modo solene a partir do púlpito. Quanto aos conteúdos e objetivos, a homilia é uma reflexão derivada dos textos bíblico-litúrgicos ligados à instrução e edificação dos fiéis, enquanto o sermão está ligado ao moralismo (CARVALHO, 1993).

Ainda de acordo com o corolário doutrinal católico, a finalidade última da homilia é a compreensão da mensagem pelo fiel celebrante. Segundo Gelineau (1975), tal finalidade depende da exploração dos seguintes elementos em sua tessitura:

1. A *exegese*, que utiliza as disciplinas linguísticas e históricas para explicar o sentido das palavras, para situar o acontecimento descrito, para reconstruir o pensamento que o autor entendia exprimir, ou seja, a pregação homilética deve fornecer informações para que o texto seja compreendido em seu justo significado;

2. A *tomada de consciência da situação*, que consiste em dar um significado histórico-atual, para quem escuta, em relação ao histórico-passado; cada um deve se reconhecer diante de Deus, se dispor a escutá-lo e dar-lhe uma resposta pessoal;
3. O *anúncio*, que é a razão de ser da igreja e o centro da liturgia, anunciar é fazer com que o fiel descubra o significado profundo em relação à salvação pela morte e ressurreição do Cristo;
4. A *catequese*, que consiste em descrever e explicitar os sinais e as instituições que hoje tornam presente e atual a ação divina na Igreja e no mundo, devendo fazer compreender a novidade que a graça insere e exige nas atitudes interiores, nos comportamentos pessoais, nas relações sociais;
5. A *mistagogia*, que é a introdução ao significado e à experiência dos sinais sacramentais;
6. A *profecia*, que tem a função de favorecer o exercício dos carismas da palavra que o Espírito Santo difunde, com a missão de chamar os crentes à conversão e ao engajamento na Igreja e no mundo;
7. O *testemunho*, que é a encarnação da afirmação da fé, da esperança e das iniciativas de caridade nas experiências pessoais e eclesiais oportunamente apresentados à assembleia;
8. E, finalmente, a *exortação*, que é a palavra tomada para edificação dos fiéis de modo que se estabeleçam entre eles relações de fraternidade.

A homilia, portanto, como prática religiosa cristã, é pregação porque seria a resposta concreta dada à missão que Jesus confiou aos cristãos de anunciar o evangelho a todas as criaturas. Assim, ela deve encerrar em si diferentes modalidades de pregação cristã, dentre elas o *querigma*, ao qual correspondem três palavras-chave no grego: 'kerygma' (anúncio), 'keryssein' (anunciar) e 'keryx' (arauto, mensageiro). Para o Cristo, o 'kerygma' consiste na proclamação pública e solene da chegada do reino de Deus. Para os apóstolos, consiste na proclamação da salvação por ordem do mestre. O fruto do querigma, enfim, consiste na aceitação da pessoa de Jesus, e não propriamente na aceitação de verdades e de preceitos (CARVALHO, 1993).

## 2 O GÊNERO DISCURSIVO BAKHTINIANO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A HOMILIA

A descrição da homilia como gênero discursivo encontra sua base nos postulados de Mikhail Bakhtin (2000). Para o referido teórico, a utilização da língua se dá em forma de enunciados orais e escritos que emanam de uma esfera da atividade humana que, por sua vez, elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, denominados *gêneros do discurso*. E, nesse sentido, inicialmente estudaremos a homilia como gênero discursivo porque ela constitui, de fato, um enunciado relativamente estável do ponto de vista litúrgico. Em segundo lugar, porque sua finalidade última é a compreensão da mensagem que se transmite ao fiel celebrante. E em terceiro lugar, porque se constitui a partir de relações estabelecidas com outros enunciados, entre os quais os textos retirados das Escrituras.

A estabilidade do gênero discursivo homilia reside em sua regulamentação, cujo dispositivo fundamental é a liturgia, que se organiza em ciclos trienais. A cada ano do ciclo são usadas as passagens bíblicas de determinado evangelista. No chamado ano A, as leituras são do Evangelho de Mateus; no ano B, as leituras são do Evangelho de Marcos; e, no ano C, as leituras são do Evangelho de Lucas. Se houver mais de um tema formativo possível para determinada celebração, este estará relacionado junto aos demais no mesmo quadro, assim como, se houver mais de uma leitura possível para qualquer dia, esta estará relacionada ao lado das demais propostas, isto é, mesmo a parte mutável da liturgia deve obedecer a critérios preestabelecidos.

Tomemos a celebração de Pentecostes como exemplo. Nesta data, as leituras da Missa não mudam em função do evangelista do ano, pois se trata de uma das grandes festas da Igreja, mas tanto o tema formativo como a Segunda Leitura e o Evangelho podem ser substituídos, caso se deseje. Ainda assim, as leituras só podem ser substituídas pelas outras leituras previamente identificadas. A estabilidade enunciativa da homilia, em relação às leituras, está fortemente assentada, portanto, no referido ciclo trienal litúrgico.

Sendo a finalidade última da homilia a compreensão, a pregação homilética do *querigma* deve levar à aceitação da pessoa de Jesus, deve levar cada pessoa a se reconhecer diante dele, se dispor a escutá-lo e dar-lhe uma resposta pessoal. A aceitação da pessoa de Jesus, bem como a resposta pessoal do fiel ao projeto cristão, não pode proceder sem a compreensão. Assim, essa finalidade última caracteriza-se como um dos elementos basilares do processo dialógico: a *resposta*. Para Bakhtin (2000), toda compreensão é prenhe de resposta, isto é, a compreensão de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude *responsiva ativa*.

A compreensão responsiva ativa pode se realizar diretamente como um ato ou pode permanecer como responsiva muda, ou compreensão responsiva de ação retardada, porque, mais cedo ou mais tarde, o que foi ouvido e compreendido encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte. A compreensão responsiva é a fase inicial para uma resposta que o locutor, no caso particular da homilia, o homiliasta, postula. Este espera do ouvinte uma resposta, uma concordância, uma adesão, uma objeção, uma execução. A compreensão responsiva está em elaboração constante durante todo o processo de audição e, ao usar de sua compreensão responsiva ativa, o ouvinte se tornará locutor, posto que

o próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência dos enunciados anteriores – emanantes de mesmo ou do outro – aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte. (BAKHTIN, 2000, p. 291)

Em Bakhtin, portanto, há um papel ativo tanto do locutor quanto do ouvinte no processo da comunicação verbal, cuja unidade real é o enunciado, e a alternância entre eles. Essa alternância entre os sujeitos falantes determina a fronteira entre os enunciados e o seu acabamento específico, porquanto todo enunciado comporta um começo e um fim absoluto, isto é: “antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros” (BAKHTIN, 2000, p. 294).

Cabe ressaltar, ainda, que, por meio da homilia, a Igreja Católica, segundo sua doutrina, pretende pronunciar ao mundo uma palavra capaz de promover a justiça, a unidade, a paz e a defesa da vida. Inclusive, a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II, posicionou-se como reivindicadora e defensora dos direitos humanos, para o que o gênero discursivo da homilia é tão apropriado. Daí a reabilitação e a adesão a um procedimento cujo significado mais genuíno é a *conversa familiar*. A adoção desse gênero significava também uma tentativa de aproximação com os fiéis numa época em que a Igreja se via ameaçada e perdia fiéis em todo o mundo. Com o Concílio, é anunciado o diálogo com o mundo contemporâneo e suas demandas, assim como o diálogo entre a Igreja e seus fiéis.

Antes da formulação de toda e qualquer homilia, portanto, há diversos enunciados da Igreja que formam seu campo adjacente (FOUCAULT, 2007), sem mencionarmos os enunciados advindos da intromissão da Igreja em campos como o da Medicina, o do Direito, entre outros, bem como a determinação de a homilia ter de se referir diretamente às leituras bíblicas propostas pela liturgia.

Sendo constituída por tantos e inúmeros enunciados, o acabamento relativo da homilia e a alternância entre os sujeitos falantes são de extrema relevância para o nosso trabalho, porque, uma vez constituída a temática formativa proposta para qualquer homilia, o locutor evidencia o seu acabamento e dá ao fiel ouvinte a possibilidade de resposta. À possibilidade de resposta, segundo Bakhtin (2000), correspondem três fatores:

- 1) O primeiro caracteriza o tratamento exaustivo do objeto de sentido que teoricamente é inesgotável, mas que recebe um acabamento relativo em condições determinadas e em função de uma dada abordagem, porque desde o início ele estará dentro dos limites do intuito definido pelo autor;
- 2) O segundo fator é o intuito. O querer-dizer do locutor é que determina o todo do enunciado: sua amplitude, suas fronteiras. Esse elemento subjetivo do enunciado, o intuito, entra em combinação com o objeto do sentido – objetivo – para formar uma unidade indissolúvel marcada pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores: seus enunciados;

3) As formas típicas de estruturação do gênero caracterizam o terceiro fator. Ocorre que “o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado” (BAKHTIN, 2000, p. 301). O querer-dizer do locutor se realiza, acima de tudo, na escolha de um gênero do discurso, que, por sua vez, “é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto de sentido), do conjunto constituído de parceiros” (BAKHTIN, 2000, p. 301).

Deste modo, seguindo ainda os postulados bakhtinianos, precisamos considerar que os gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que passamos a dominar antes mesmo de estudar sua gramática e a composição de seu léxico. A língua materna não se aprende nos dicionários e nas gramáticas, nós a adquirimos mediante enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal, porque “as pessoas não trocam orações, assim como não trocam palavras, ou combinações de palavras, trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua” (BAKHTIN, 2000, p. 297). Aprender a falar, portanto, corresponde a aprender a estruturar enunciados, e são os gêneros do discurso que organizam a nossa fala da mesma maneira que as formas gramaticais a organizam:

Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. (BAKHTIN, 2000, p. 302).

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros, nem auto-suficientes, mas se conhecem e se refletem mutuamente, pois estão repletos dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais se vinculam no interior de uma dada esfera comum da comunicação verbal. As reações-respostas permitem a introdução direta do enunciado alheio no contexto do nosso próprio enunciado. Permitem a introdução de palavras isoladas ou orações que representem essa alteridade do enunciado. A expressão dessa mesma alteridade, porém, pode ser mantida ou



modificada, caso seja imbuída de ironia, indignação, admiração ou outras características, como a paráfrase. A seleção desses recursos linguísticos, durante o processo de elaboração das reações-respostas, é determinada pelo objeto de nosso discurso e pelo enunciado do outro acerca do mesmo objeto (BAKHTIN, 2000). Desse modo, o discurso do outro apresenta

uma expressão dupla: a sua própria, ou seja, a do outro, e a do enunciado que o acolhe. Observam-se esses fatos acima de tudo nos casos em que o discurso do outro (ainda que se reduza a uma única palavra, que terá o valor de enunciado completo) é abertamente citado e nitidamente separado (entre aspas) e em que a alternância dos sujeitos falantes e de sua inter-relação dialógica repercute claramente. Mas em todo enunciado, contanto que o examinemos com apuro, levando em conta as condições concretas da comunicação verbal, descobriremos as palavras do outro ocultas ou semi-ocultas, e com graus diferentes de alteridade. (BAKHTIN, 2000, p. 318)

Em relação à alteridade do enunciado, em relação às palavras do outro, ocultas ou semiocultas, consideraremos a discussão proposta por Norman Fairclough (2001) sobre a intertextualidade e sobre como o enunciado alheio aponta para a produtividade de novos enunciados em sua forma textual. Antes, no entanto, nos deteremos na noção de dialogismo implicada nos postulados bakhtinianos.

### **3 DIALOGISMO E INTERTEXTUALIDADE NA CONSTITUIÇÃO DA HOMILIA**

A palavra intertextualidade é considerada como um termo bakhtiniano que ganhou prestígio no Ocidente com as obras de Júlia Kristeva. Tal afirmação é apontada e discutida por Fiorin (2006), que percorre o trajeto de aparecimento do termo nas obras de Bakhtin e de outros teóricos, cujos trabalhos ajudaram a cunhar o conceito do termo em questão. Associado ao termo intertextualidade, o autor discute a noção e o aparecimento do termo dialogismo, diferenciando-o da interação verbal face a face, que recebe o nome de diálogo.

O dialogismo é sempre um processo entre discursos e abarca dois sentidos: o modo de funcionamento real da linguagem e a forma particular de composição do discurso. É o real da linguagem, pois os homens não têm acesso direto à realidade,

o discurso não se relaciona diretamente com as coisas, senão com outros discursos, e essa relação entre os discursos é o dialogismo.

A existência do sistema da língua não é negada por Bakhtin, como bem salienta o autor que vimos seguindo. Tal sistema é considerado necessário para estudar as unidades da língua, mas ele não dá conta do modo de funcionamento real da linguagem e, por isso, propõe o exame das relações dialógicas entre os enunciados e seu modo de constituição real. Tanto as palavras como as orações são unidades da língua e são sempre repetíveis, enquanto os enunciados são as unidades reais da comunicação e são sempre acontecimentos únicos, dos quais o dialogismo é elemento constitutivo.

Fiorin salienta, no entanto, que há uma dificuldade em se fazer a distinção entre os diferentes conceitos abordados por Bakhtin porque conceitos como texto, enunciado e discurso ora se equivalem, ora se distinguem. Considerando tal dificuldade, toma o escrito bakhtiniano “O problema do texto” como trabalho para análise, pois, para ele, ali Bakhtin trabalhou de maneira específica a questão do texto. Trata-se da unidade da manifestação do pensamento, da emoção, do sentido, do significado, sendo, inclusive, o ponto de partida de todo estudo, sejam quais forem os objetivos propostos. Cada texto pressupõe uma língua e tudo o que nele for reproduzível e repetitivo é da ordem desta língua. Tudo que o for único, individual, irreproduzível e novo é da ordem do texto, é um novo elo da cadeia da reprodução verbal que se liga aos outros textos que também são irreproduzíveis por uma relação dialógica.

Fiorin (2006, p. 179), enfim, questiona se conceito de texto não se assemelha particularmente ao conceito de enunciado, concluindo que o “texto pode ser visto como enunciado, mas pode não o ser, pois, quando o enunciado é considerado fora da relação dialógica, ele só tem realidade como texto”. Ainda segundo este autor, há uma clara distinção entre as relações dialógicas que se dão entre enunciados e aquelas que se dão entre textos. À relação dialógica, enquanto relação de sentido, chama-se interdiscursividade e à relação discursiva materializada em textos chama-se intertextualidade. Desse modo, “a intertextualidade pressupõe sempre uma interdiscursividade, mas o contrário não é verdadeiro” (idem, p. 181).

Em nosso estudo, trabalhamos com a prerrogativa de que a homilia é inerentemente intertextual porque, antes de qualquer coisa, é construída sobre as bases firmes da Primeira Leitura, da Segunda Leitura e do Evangelho. A partir do Concílio Ecumênico Vaticano II, sobretudo com as determinações da *Constituição Sacrosanctum Concilium*, a homilia passa, obrigatoriamente, a ter de se referir às leituras bíblicas propostas pela liturgia porque está a serviço “do texto sagrado” (SC, 2007, n. 52) e a partir dele são apresentados aos fiéis os mistérios da fé e as normas da vida cristã (SC, 2007). Interessa-nos, sobretudo, o modo como estes textos da Bíblia compõem a tessitura da homilia, o modo como eles lhes são constitutivos e como enunciados outros passam também a compor a estrutura homilética. Por isso, consideraremos a seguir as importantes colocações de Fairclough (2001) acerca da intertextualidade.

#### **4 AS MODALIDADES DE INTERTEXTUALIDADE MANIFETA E CONSTITUTIVA**

Em retomada à discussão de Authier-Révuz, Fairclough (2001) propõe duas categorias distintas de intertextualidade: constitutiva e manifesta. Na *intertextualidade constitutiva*, o foco está nas convenções discursivas e na configuração de seu processo de produção. O destaque está na relação entre as convenções discursivas de que se compõe um determinado gênero e não apenas nos textos que lhe são também constitutivos. Na *intertextualidade manifesta*, porém, entra em cena a análise dos textos que estão explicitamente presentes no texto que está sendo estudado.

Os textos podem estar ‘manifestamente’ marcados ou sugeridos por traços em sua superfície, como as aspas, por exemplo. Mas, podem, no entanto, ‘incorporar’ outro texto sem que este último esteja explicitamente sugerido. Em outras palavras, um texto pode responder a outro texto na forma em que se expressa sem marcação em sua superfície textual. Fairclough (2001) propõe considerar três aspectos fundamentais:

1) A intertextualidade ‘sequencial’, em que diferentes textos ou tipos de discurso se alternam em um texto;

- 2) A intertextualidade ‘encaixada’, em que um texto ou tipo de discurso está claramente contido dentro da matriz de outro;
- 3) A intertextualidade ‘mista’, em que textos ou tipos de discurso estão fundidos de forma mais complexa e menos facilmente separável.

Considerar tais categorias pode parecer, à primeira vista, uma empreitada simples, mas, após um olhar mais atento, pode não parecer tão simples assim, sobretudo no tocante à rede intertextual homilética. Em primeiro lugar, convém lembrar que a reestruturação da homilia e sua inserção como parte da liturgia é uma reação à situação de ameaça vivida pela Igreja e que o espírito de *aggiornamento*, tão caro ao Concílio Vaticano II, deveria pairar também sobre esta e sobre seus frutos. Convém lembrar também que toda a reação católica caracteriza a tentativa de manutenção e retomada de seu poderio antigo e, portanto, a homilia refletiria os traços desse poder desejado.

A homilia, portanto, além de ser expressão desse desejo de manutenção do poder, deveria ser também via de acesso aos textos bíblicos<sup>3</sup>, textos estes caracterizados por uma história particular, desenvolvidos por autores diversos, em períodos históricos diversos, por teor discursivo diferenciado, além de ter origem em gêneros diversos: fragmentos de epopeia; narrações históricas; listas genealógicas; narrações episódicas ou romanceadas; oráculos proféticos e sermões; textos legislativos; poemas e orações; ensaios filosóficos; um canto de amor; e cartas. Dessa forma, a constituição intertextual da homilia se apresenta de modo heterogêneo e bastante complexo, até porque passa a refletir a própria heterogeneidade bíblica.

A Bíblia é uma coleção de livros que se divide em duas grandes partes: Antigo e Novo Testamento. O termo testamento significa pacto ou aliança, em toda a Bíblia, pois se encontra a aliança feita por Deus com os homens por intermédio de

---

<sup>3</sup> Todas as referências e informações a respeito da organização da Bíblia e de seus livros, feitas neste parágrafo e nos parágrafos seguintes, constam da Introdução Geral da Bíblia Sagrada, cuja referência bibliográfica completa se encontra junto às demais referências.

Moisés e pelo ministério de Cristo. A coleção dos livros do Antigo Testamento originou-se no seio da comunidade dos judeus que a foram compilando no decorrer de sua história. Dividiram-na em três partes:

- 1) *A Lei* (Torá), que contém cinco livros, forma o núcleo fundamental da Bíblia. Esses cinco livros são: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio;
- 2) *Os profetas*. Os judeus abrangiam sob esse título não somente os livros que hoje são denominados *Profetas*, mas também a maioria dos escritos que atualmente costumamos chamar de *Livros Históricos*;
- 3) *Os escritos*. Esse nome designava os livros de Salmos, Provérbios, Jó, Cântico dos Cânticos, Rute, Lamentações, Eclesiastes, Ester, Daniel, Esdras, Neemias e as Crônicas.

A coleção do Antigo Testamento já estava compilada no segundo século antes da nossa era. Nessa época, parte dos judeus já estava dispersa pelo mundo. A colônia judaica que vivia no Egito, em Alexandria, falava muito a língua grega e a Bíblia foi, então, traduzida para o grego. Alguns escritos recentes foram-lhe acrescentados sem que os judeus de Jerusalém os reconhecessem como inspirados, sendo estes livros: Tobias e Judite, alguns suplementos dos livros de Daniel e de Ester, os livros da Sabedoria e do Eclesiástico, Baruc e a Carta de Jeremias. A Igreja cristã admitiu-os como inspirados da mesma forma que os outros livros.

No tempo da Reforma, porém, os protestantes decidiram não mais admiti-los nas suas Bíblias, pelo fato de não pertencerem à Bíblia hebraica primitiva. Daí decorre a diferença que há, ainda hoje, entre as edições protestantes e as edições católicas da Bíblia. A Bíblia católica divide os 46 livros do Antigo Testamento do seguinte modo:

- 1) A Lei;
- 2) Os Livros Históricos: Josué, Juízes, Rute, os dois livros de Samuel, os dois livros dos Reis, os dois livros das Crônicas ou Paralipômenos, os livros de Esdras e

Neemias, os três livros de Tobias, Judite e Ester, e, por fim, os dois livros dos Macabeus;

3) Os Livros Sapienciais: Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Livro da Sabedoria e Eclesiástico;

4) Os Livros Proféticos, designados pelo nome dos Profetas: Isaías, Jeremias (ao qual se acrescentam Lamentações e Baruc), Ezequiel, Daniel, Oséias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias.

Por outro lado, a coleção dos livros do Novo Testamento começou a se formar na segunda metade do primeiro século da nossa era, sendo composta por 27 livros, assim distribuídos:

1) Cinco livros históricos: quatro Evangelhos segundo S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João, e Atos dos Apóstolos;

2) Vinte e uma cartas dos Apóstolos. São Paulo escreveu catorze cartas: uma aos Romanos, duas aos Coríntios, uma aos Gálatas, uma aos Efésios, uma aos Filipenses, uma aos Colossenses, duas aos Tessalonicenses, duas a Timóteo, uma a Tito, uma a Filêmon, e uma aos Hebreus;

3) Um livro profético: o Apocalipse de São João.

As duas coleções que formam a Bíblia foram sendo traduzidas do grego para o latim desde o segundo século da nossa era. A tradução latina mais divulgada, no entanto, é a que fez São Jerônimo, à base dos textos originais do hebraico e do grego, no fim do quarto século, denominada 'Vulgata'. Diante da tamanha diversidade de elementos históricos e temáticos de que se compõem os mais diferentes textos bíblicos, sem perder de vista a redação desses mesmos textos, que se estendeu por um período de cerca de mil anos, facilmente se pode compreender que eles não podem ser lidos, nem interpretados, de modo uniforme.

Os textos bíblicos, sobretudo os mais antigos, são tomados por um processo literário que inclui liberdades de linguagem com a adoção de imagens, comparações, exagero e tradições populares, geralmente imprecisas, que embelezaram os heróis e ensombraram os inimigos. A tradição popular, de igual

modo, fixa em cantos a lembrança dos seus heróis. Numerosos desses cantos se conservam descritos na Bíblia, como o hino sobre a vitória de Josué. Elementos como a parábola, a anedota e mesmo as fábulas foram igualmente utilizadas nas escrituras bíblicas, a exemplo do próprio Cristo.

## 5 GÊNERO, INTERTEXTUALIDADE E CONTROLE

Em *Analysing Discourse* (2003), Fairclough volta a tratar da prática social pelo exame de seus 'elementos', abandonando parcialmente a concepção de discurso como um "momento" do processo. A "materialidade" dos textos recebe novamente mais atenção. Essa retomada reaproxima a abordagem de 2003 a de 1992, aproveitando e adaptando diversos aspectos da teoria de Halliday na análise textual. Tratava-se de uma correção necessária para o aproveitamento "crítico" de seu trabalho que, muitas vezes, carecia de rigor descritivo das práticas de linguagem. E isso estava perfeitamente claro na obra de 1992, traduzida ao português em 2001:

Minha tentativa de reunir a análise linguística e a teoria social esta centrada numa combinação desse sentido mais socioteórico de 'discurso' ['discurso' como modo de representação da realidade] com o sentido de 'texto e interação' [ou linguagem em uso] na análise de discurso orientada linguisticamente. Esse conceito de discurso e análise de discurso é tridimensional. Qualquer 'evento' discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do 'texto' cuida da análise linguística de textos. A dimensão da 'prática discursiva', como 'intercalação', na concepção de 'texto e interação' de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual – por exemplo, que tipos de discurso (incluindo 'discurso' no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de 'prática social' cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22)

A partir de *Analysing Discourse* (2003), Fairclough muda a denominação das funções da linguagem para significados presentes nos textos, relacionando-os aos conceitos de gêneros, discursos e estilos. Para tratar dessas noções, vale lembrar

da assunção da relação dialética entre estruturas, práticas e eventos sociais, que já era um aspecto importante da Teoria Social do Discurso. Segundo Fairclough (1992, 2003), os textos são partes essenciais dos eventos sociais. Agentes sociais agem e interagem através de textos em eventos; “os textos são as instâncias reais da linguagem em uso” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3). Textos como elementos dos eventos sociais têm efeitos causais – eles podem causar mudanças. De modo mais imediato, os textos causam mudanças em nosso conhecimento (nos podemos aprender através deles), em nossas crenças, em nossas atitudes, em nossos valores e assim por diante.

Ainda conforme Fairclough (2003, p. 23-24), as práticas sociais são mediadoras entre estruturas sociais e os eventos, o que demonstra uma relação complexa entre tais entidades. As estruturas não são absolutamente determinantes pelo que ocorre nos eventos, consistindo em apenas potenciais, possibilidades para o que de fato pode acontecer. Por isso, os eventos não são efeitos diretos do que é estabelecido pelas estruturas. Levar em consideração as práticas que medeiam as duas entidades consiste em uma compreensão pertinente da relação complexa entre elas. Ao retomarmos o conceito de práticas como modo de as pessoas agirem sobre o mundo e também o representarem, perceberemos que práticas dependem da existência de sujeitos. E sendo os sujeitos parcialmente determinados por estruturas e parcialmente regidos por critérios próprios, o que os torna agentes sociais também, faz sentido os eventos não serem efeitos diretos das estruturas, já que eles também são efeitos de características particulares dos indivíduos que neles se encontram.

Assim, a realidade social consiste numa tensão constante entre processos de reprodução e transformação. A linguagem como parte relevante da realidade social necessariamente se enquadra na relação dialética entre estruturas, práticas e eventos sociais. Os sistemas linguísticos representam a linguagem nas estruturas e os textos representam a linguagem nos eventos. Na dimensão das práticas, Fairclough (2003) localiza as 'ordens de discurso' (termo que toma de empréstimo de Foucault, em um viés bastante empírico e não epistemológico), ou seja, um conjunto de práticas referentes aos usos da linguagem em contextos institucionais específicos.



Os elementos essenciais que constituem as ordens de discurso são gêneros, discursos e estilos. Em outros termos, gêneros, discursos e estilos são elementos das práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28). O significado acional se associa aos gêneros, o significado identificacional se associa aos estilos e por fim o significado representacional se associa aos discursos. Assim, gêneros, discursos e estilos são, respectivamente, modos relativamente estáveis de agir, representar e se identificar. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28)

Enfim, para efeitos desta análise, fica evidente que os processos intertextualidade constitutiva são a característica fundamental que se buscou demonstrar no gênero homilia, nas práticas católicas contemporâneas. Sua primazia regulatória e derivativa dos processos de intertextualidade manifesta (como foi exhaustivamente descrito nas seções anteriores) restringe em grande medida as possíveis tonalidades dialógicas nos eventos. Trata-se de um dispositivo de controle doutrinário e discursivo extremamente eficaz, ainda que, obviamente, sujeito a resistência.

## **6 CONCLUSÃO**

A emergência do gênero discursivo homilia no evento da Missa católica é, portanto, resultante de um dispositivo de funcionamento dos modos de intertextualidade manifesta e constitutiva enormemente complexo. Sua definição como gênero discursivo e o enfoque dado à intertextualidade e ao dialogismo de seus principais elementos constitutivos nos remetem a um universo discursivo muito abrangente, habitado pelas demandas modernas, entre elas a tese da secularização e o advento da razão, mas, sobretudo, pelas demandas confessionais da Igreja Católica.

É certo que, desde o Vaticano II, sua reconstituição como “conversa familiar” foi enfatizada, e a isso se possa atribuir uma demanda democrática. No entanto, considerados os seus processos tão fortemente reguladores, notadamente de intertextualidade constitutiva, seu caráter doutrinário não foi menos aumentado. Pelo contrário, ao que parece, está mais forte e produtivo ainda.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução portuguesa da versão francesa dos originais grego, hebraico e aramaico, traduzidos pelos Monges Beneditinos de Maredsous (Bélgica). 161. ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2004.

BÍBLIA, Pontifícia Comissão. *A interpretação da Bíblia na Igreja*. 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

BRASIL, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Instrução Geral do Missal Romano e Introdução ao Lecionário*. 2. ed. Brasília: Edições CNBB, 2009.

CARVALHO, D. *Homilia: a questão da linguagem na comunicação oral*. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (CIC). São Paulo: Edições Loyola, 2003.

CELAM. *A Homilia*. São Paulo: Edições paulinas, 1983.

COMBY, J. *Para ler a História da Igreja*. Tomo II. Do Século XV ao Século XX. Trad. de Maria Stela Gonçalves e Adail V. Sobral. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA (CA): com a qual é convocado o concílio Ecumênico Vaticano II. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

DUMONT, L. *O Individualismo*. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

EICHER, P. *Dicionário de conceitos fundamentais de teologia*. Trad. de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1993.

EVANGELI NUNTIANDII (EN): exortação apostólica sobre a evangelização no mundo contemporâneo. 19. ed. São Paulo, Paulinas, 2006.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, Beth. (Org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

GELINEAU, J. *Em vossas assembléias*. São Paulo: Edições Paulinas, 1975.

GODOY, J. M. T. O contexto histórico do Concílio Vaticano II. *Notícia bibliográfica e histórica*, Campinas, n. 201, p.113-127, 2006.

GONÇALVES, P. S. L. O contexto teológico, a teologia do Concílio Vaticano II e suas consequências históricas. *Notícia bibliográfica e histórica*. Campinas, n. 201, p.129-148, 2006.

HARRISON, E. F. *Baker's Dictionary of Theology*. Grand Rapids: Baker book house, 1981.

KONINGS, J. *Liturgia dominical: mistério de Cristo e formação dos fiéis (anos A B C)*. 3. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

LIBÂNIO, J. B. O sagrado na pós-modernidade. In: CALLIMAN, C. (Org.). *A sedução do sagrado: o fenômeno religioso na virada do milênio*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LUMEN GENTIUM (LG): Constituição dogmática sobre a Igreja. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

MALDONADO, L. *A homilia: pregação, liturgia, comunidade*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

MARSILI, Salvatore de et al. *A eucaristia: teologia e história da celebração*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1996.

PROVIDENTISSIMUS DEUS (PD): Carta Encíclica. In: *Documentos sobre a Bíblia e sua interpretação (1893-1993)*. São Paulo: Paulus, 2004.

RAHNER, K. *Curso fundamental da fé*. São Paulo: Edições paulinas, 1989.

SACROSANCTUM CONCILIUM (SC): Constituição sobre a sagrada liturgia. In: *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

SOUZA, J. C. A. *O projeto da modernidade: autonomia, secularização e novas perspectivas*. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

SOUZA, N. Desenvolvimento histórico dos quatro períodos do Concílio Vaticano II. *Notícia bibliográfica e histórica*, Campinas, n. 201, p.149-168, 2006.